



# VILA DE ARCOZELO

## ASSEMBLEIA DE COMPARTES

### ACTA

-----Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e doze, **reuniu, em 2.ª Convocatória, pelas 21,00 horas**, na sede da Junta de Freguesia da Vila de Arcozelo, do concelho de Ponte de Lima, a **Assembleia de Compartes do Baldio de Arcozelo**, cujos membros, nos termos do artigo 33º da Lei N.º 68/93, de 04 de Setembro, são os constantes do Caderno Eleitoral da Vila de Arcozelo e que consta de 3.700 eleitores.-----

-----O Presidente da Assembleia Geral, verificando estarem presentes 44 compartes, cuja qualidade foi previamente verificada e que cuja concreta identificação consta da folha de presenças a esta anexa, e tendo sido a presente Assembleia convocada nos termos do art.º 19º n.º 3 da Lei 68/93, verificou estar reunido o quórum necessário para se constituir validamente em Assembleia Deliberativa relativamente aos assuntos para que foi convocada, com a **Ordem de Trabalhos** já afixada em 1.ª convocatória e que consta de: -----

1. Ratificação de todos os actos, contratos, deliberações, Planos de Actividades, Contas de Gerência e demais documentos de gestão do Baldio de Arcozelo, tomados pela Junta de Freguesia, na qualidade de Administrador do Baldio e que integram a actividade da Junta de Freguesia desde que lhe foi conferida a administração pela Assembleia de Compartes; -----
2. Autorização, nos termos da alínea j) do artigo 15º da Lei dos Baldios, para a Junta de Freguesia, na qualidade de Administrador, proceder à alienação de parcelas de terreno para a construção de habitações, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 31º da mesma Lei; -----
3. Discussão e aprovação da proposta apresentada pelo Município de Ponte de Lima, para a expropriação por acordo mútuo, da área correspondente ao futuro Pólo Industrial do Granito, de acordo com a planta anexa, nos termos dos n.ºs 1,2,3,4 e 5 do artigo 29º da Lei n.º 68/93, de 04 de Setembro, alterada pela Lei n.º 87/97, de 30 de Julho; -----
4. Discussão e aprovação da proposta apresentada pela Junta de Freguesia, na qualidade de Administrador do Baldio, para a indigitação e duração de mandatos da Mesa da Assembleia de Compartes, do Órgão de Administração e da Comissão de Fiscalização, nos seguintes termos: -----
  - a. Os órgãos de gestão, administração e fiscalização do Baldio de Arcozelo, correspondem aos órgãos eleitos para a Freguesia, a saber: -----
    - i. Conselho Directivo – Junta de Freguesia; -----
    - ii. Mesa da Assembleia de Compartes – Mesa da Assembleia de Freguesia; -----
    - iii. Comissão de Fiscalização – Membros da Assembleia de Freguesia. -----
  - b. A duração do mandato será igual à duração do mandato dos órgãos eleitos para a autarquia; -----
  - c. A composição dos órgãos de gestão, administração e fiscalização do Baldio de Arcozelo, será a mesma que a dos órgãos autárquicos com todas as alterações e/ou substituições que possam ocorrer ao longo do mandato; -----
  - d. A entrada em funções dos órgãos de gestão, administração e fiscalização do Baldio de Arcozelo, é automática e coincidente com a tomada de posse dos órgãos autárquicos, no início de cada mandato; -----



# VILA DE ARCOZELO

## ASSEMBLEIA DE COMPARTES

e. Esta deliberação vigorará enquanto estiver delegada, pela Assembleia de Compartes, a administração do Baldio na Junta de Freguesia; -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia de Compartes deu início à sessão dando as boas vindas aos compartes presentes e de imediato colocou à discussão o ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos - ***Ratificação de todos os actos, contratos, deliberações, Planos de Actividades, Contas de Gerência e demais documentos de gestão do Baldio de Arcozele, tomados pela Junta de Freguesia, na qualidade de Administrador do Baldio e que integram a actividade da Junta de Freguesia desde que lhe foi conferida a administração pela Assembleia de Compartes.***-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia explicou à Assembleia que esta aprovação tem como fundamento o cumprimento das formalidades obrigatórias que decorrem do cumprimento do preceituado na Lei dos Baldios, salvaguardando assim, no seio da Assembleia de Compartes, o cumprimento da legalidade, uma vez que até à presente data por omissão estas formalidades nunca foram cumpridas.-----

-----Não se tendo registado qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia, foi o ponto colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Deu-se de imediato entrada na discussão do ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos - ***Autorização, nos termos da alínea j) do artigo 15º da Lei dos Baldios, para a Junta de Freguesia, na qualidade de Administrador, proceder à alienação de parcelas de terreno para a construção de habitações, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 31º da mesma Lei,*** tendo o Presidente da Mesa dado a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para que desse as explicações que julgasse convenientes para o esclarecimento da Assembleia sobre este pedido de autorização.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra e esclareceu a Assembleia que este pedido de autorização tem como fundamento essencial a regularização das cedências feitas pela Assembleia de Compartes e pela Junta de Freguesia, em mandatos anteriores e há mais de vinte anos, de terrenos para a construção de habitações, cedências essas feitas de forma irregular no âmbito do preceituado pela Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro, alterada pela Lei n.º 87/97, de 30 de Julho, situação essa que impediu até à presente data a regularização por parte dos compartes abrangidos por estas cedências da titularidade dos terrenos, nomeadamente o registo em seu nome e consequentemente a não legalização das habitações junto da Câmara Municipal. Acrescentou que esta autorização, a ser concedida, vai dar origem, por parte da Junta de Freguesia, a um processo individual de registo de todas as situações irregulares, à marcação da hasta pública de alienação, tudo isto feito nos termos e condições a constar de edital que será afixado nos locais habituais, para conhecimento de todos os interessados.-----

-----Acrescentou ainda que a organização de todo o processo e a consequente alienação em hasta pública terá carácter universal tendo apenas como condicionante a salvaguarda das construções existentes e as consequentes indemnizações a pagar caso os adquirentes não sejam os proprietários dessas construções. Esclareceu que os preços base para a alienação são aqueles que foram aprovados em Assembleia de Compartes e que são de um euro por metro quadrado para áreas até quinhentos metros inclusive e de cinco euros por metro quadrado para as áreas acima dos quinhentos metros quadrados e até ao limite legal de mil e quinhentos metros.-----

-----Interveio em seguida o Presidente da Mesa que enfatizou os esclarecimentos dados pelo Presidente da Junta de Freguesia, reafirmando a importância de todo este processo no sentido da reposição da legalidade, acrescentando ainda que todos aqueles compartes que foram beneficiários de terrenos e que não procedam agora à regularização dos mesmos, serão no



# VILA DE ARCOZELO

## ASSEMBLEIA DE COMPARTES

final de todo o processo denunciados ao Ministério Público fazendo reverter a favor da Freguesia os terrenos cedidos. -----

-----Deu-se início ao período de inscrição dos compartes que pretendessem usar da palavra, não se tendo registado qualquer inscrição, sendo o assunto posto à votação e aprovado por unanimidade dos compartes presentes.-----

-----Passou-se de imediato ao tratamento do ponto 3 da Ordem de Trabalhos - ***Discussão e aprovação da proposta apresentada pelo Município de Ponte de Lima, para a expropriação por acordo mútuo, da área correspondente ao futuro Pólo Industrial do Granito, de acordo com a planta anexa, nos termos dos n.ºs 1,2,3,4 e 5 do artigo 29º da Lei n.º 68/93, de 04 de Setembro, alterada pela Lei n.º 87/97, de 30 de Julho***, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para prestar as informações tidas por convenientes para esclarecer a Assembleia. O Presidente da Junta de Freguesia informou a Assembleia que o Município de Ponte de Lima pretende adquirir a parcela de terreno onde se situará o futuro Pólo Industrial do Granito, nos termos permitidos pela Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro, alterada pela Lei n.º 87/97, de 30 de Julho, pois só assim, sendo titular dessa área poderá promover as candidaturas aos apoios financeiros comunitários para a realização das obras de construção desta importantíssima infra-estrutura. Esclareceu ainda que o processo de expropriação amigável proposto, nos termos dos n.ºs 1,2,3,4 e 5 do artigo 29º da supracitada lei, incluirá uma avaliação para determinar o preço a pagar.-----

-----Posta a proposta à discussão foi inquirido por vários compartes presentes da possibilidade de este processo não ser conduzido pela Junta de Freguesia em vez de ser transferida essa responsabilidade para a Câmara Municipal, tendo o Presidente da Junta de Freguesia esclarecido que, infelizmente, as Juntas de Freguesia não são elegíveis para efeitos de candidaturas aos fundos comunitários estruturais, sendo por isso obrigatório esta transmissão de propriedade.-----

-----Posta a proposta à votação foi aprovada por unanimidade sendo ainda atribuídos poderes à Junta de Freguesia para definir os termos e condições da transmissão e poderes ao seu Presidente para outorgar todos os documentos e contratos necessários para a conclusão de todo o processo.-----

-----Deu-se de imediato entrada no tratamento do ponto 4 da Ordem de Trabalhos - ***Discussão e aprovação da proposta apresentada pela Junta de Freguesia, na qualidade de Administrador do Baldio, para a indigitação e duração de mandatos da Mesa da Assembleia de Compartes, do Órgão de Administração e da Comissão de Fiscalização***, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para prestar os esclarecimentos que fundamentam a proposta apresentada, tendo por este sido dito que a proposta pretende apenas compatibilizar os calendários eleitorais decorrentes das eleições autárquicas com o calendário eleitoral imposto pela Lei dos Baldios, bem assim como o preenchimento dos órgãos de gestão, administração e fiscalização consignados na referida lei. A proposta pretende que a Assembleia de Compartes aprove que, enquanto a administração e gestão do baldio estiver delegada na Junta de Freguesia, os mandatos dos órgãos obrigatórios sejam coincidentes com os mandatos autárquicos e que a Mesa da Assembleia de compartes seja correspondente à Mesa da Assembleia de Freguesia e a Comissão de Fiscalização composta pelos membros que compõem a Assembleia de Freguesia, com todas as suas alterações e substituições. Afirmou ainda o Presidente da Junta de Freguesia que a aprovação desta proposta dá maior transparência e agilidade à gestão e administração do baldio pois ela é efectuada pelos eleitos no universo das forças políticas e de grupos de cidadãos concorrentes às eleições para a Assembleia de Freguesia.-----



# VILA DE ARCOZELO

## ASSEMBLEIA DE COMPARTES

-----O Presidente da Mesa da Assembleia de Compartes deu ênfase à bondade da proposta dizendo que desta forma ficam assegurados os mecanismos de gestão e fiscalização da actividade de administração do baldio e são cumpridos todos os preceitos a que estamos obrigados pela Lei dos Baldios, não havendo necessidade de serem despendidos esforços e recursos financeiros em actos eleitorais intercalares inúteis, enquanto a administração do baldio estiver delegada na Junta de Freguesia. Caso a administração do baldio venha alguma vez a ser retirada do seio da Junta de Freguesia então todos os mecanismos deverão ter em conta o legalmente estabelecido na Lei dos Baldios.-----

-----Não se tendo registado qualquer inscrição para a discussão da proposta, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, pelas 23,40 horas, sendo para constar dela lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada em minuta, para surtir efeitos imediatos, vai ser assinada pelo Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia de Compartes.-----

O PRESIDENTE

---

O 1.º SECRETÁRIO

---

O 2.º SECRETÁRIO

---